

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.454 - SP (2019/0283823-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTONIO - SP146360
WELTON LUIZ VELLOSO CALLEFFO - SP157772
GABRIELA ESPOSITO DA SILVA RIBEIRO E OUTRO(S) - SP394840
AGRAVADO : TESSIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : PAULO FRANCISCO DE SOUZA - SP093680

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por CARLOS ROBERTO DOS SANTOS, contra decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 384, e-STJ):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - IMPENHORABILIDADE - BEM DE FAMÍLIA - OUTROS IMÓVEIS - RESIDÊNCIA NÃO COMPROVADA -1 - Penhora que incidiu sobre o bem imóvel de matrícula nº 123.293 do 6º CRI/SP, onde está construído o imóvel residencial que o agravante aduz ser impenhorável - II

- Alegação do agravante de que o imóvel é usado para sua residência, sendo, por isso, protegido pela impenhorabilidade - Não comprovação - III- Reconhecimento pelo agravante que não residia no imóvel ao tempo da citação e possui outros imóveis - Decisão mantida - Agravo improvido."

"RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA EXECUTADA - ALEGAÇÃO DE SUJEIÇÃO DO CRÉDITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONSEQÜENTE HABILITAÇÃO DO MESMO NOS AUTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - MATÉRIA QUE NÃO É OBJETO DA DECISÃO RECORRIDA - NÃO CONHECIMENTO - Pedido formulado em sede de agravo que não foi objeto da r. decisão agravada - Decisão impugnada que versou apenas sobre penhora do imóvel de propriedade do executado/agravante, além de fixação de verba honorária, questão esta última que não foi objeto do presente recurso - Sob pena de supressão de um grau de jurisdição e inversão tumultuária do processo, incabível a apreciação do pedido de sujeição do credito objeto da demanda à recuperação judicial da empresa executada e conseqüente habilitação do mesmo nos autos da recuperação judicial, em 2ª instância - Agravo não conhecido, neste aspecto."

Nas razões do recurso especial (fls. 393/406, e-STJ), o insurgente alegou ofensa aos artigos 1º e 5º, ambos da Lei 8.009/90; 6º e 10 do Código de Processo Civil/15; 6º da Constituição Federal; 5º da LINDB. Sustentou, em suma: i) a impenhorabilidade do bem de família, utilizado para residência familiar, ainda que, hipoteticamente, haja outro imóvel em

nome do recorrente; ii) não foi "dado prazo para que o Recorrente se manifestasse, ou pudesse de alguma outra forma comprovar o alegado, até mesmo por contatação por Oficial de Justiça a fim de atestar que de fato, o Recorrente residia no imóvel"; iii) concessão de efeito suspensivo ao recurso.

Sem contrarrazões (fl. 446, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, pelos seguintes fundamentos: i) não restou demonstrada a alegada vulneração aos dispositivos legais tidos por violados; ii) incidência da Súmula 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 447/448, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 451/459, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece acolhida.

1. Com efeito, para fins de impenhorabilidade, na forma da Lei n. 8.009/90, considera-se bem de família o único imóvel que serve de residência permanente para a unidade familiar.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BEM DE FAMÍLIA. REQUISITOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A jurisprudência do STJ considera que, para a caracterização do imóvel como bem de família, é imprescindível a comprovação de que o devedor nele reside ou de que o bem seja utilizado em proveito da família.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 728.376/PE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 15/03/2016)

Na espécie, o Tribunal de origem, com base nos elementos probatórios acostados aos autos, consignou que o agravante não residia no imóvel penhorado, indeferindo o pedido de declaração de impenhorabilidade, manifestando-se nos seguintes termos (fls. 387/388, e-STJ):

No caso dos autos, o agravante reconhece expressamente ser proprietário de outros bens de raiz, mas defende a impenhorabilidade do imóvel constrito, sob o fundamento de nele residir.

Todavia, consta do mandado de citação (fls. 134 destes autos), datado de 22.04.2017, que o imóvel é ocupado por terceiro há três anos.

Em resposta, o agravante afirma que, malgrado à época da citação não ocupasse o local, atualmente, reside no referido bem. No intuito de comprovar tal alegação, juntou apenas uma conta de água (fls. 313 dos autos originários), datada de dezembro de 2017, indicando o endereço do imóvel em comento. Não apresentou contas mais recentes.

Houve a efetiva juntada de declarações de imposto de renda do agravante

dos exercícios dos anos de 2017, 2016 e 2015 (fls. 238/264 dos autos originários) e nas quais há indicação do imóvel em comento como sendo a residência do declarante. Contudo, da análise dos autos, verifica-se que a época da prestação de tais declarações coincide com a da tentativa de citação do executado, ora agravante, no mesmo endereço, onde não encontrado. A par disto, houve expresse reconhecimento, nas razões recursais, de que o agravante não residia no local à época em que o Oficial de Justiça lá diligenciou.

Outrossim, a notificação de lançamento de IPTU em seu nome (fls. 312 daqueles autos) demonstra que o agravante é o proprietário do imóvel constrito, mas não tem o condão de comprovar, por si só, a efetiva residência.

Portanto, a alegação de que o imóvel de matrícula nº 123.293 é usado para residência do executado, sendo, por isso, protegido pela impenhorabilidade do bem de família, não foi comprovada pelo agravante que, inclusive, possui outros imóveis.

A pretensão recursal, portanto, encontra óbice claro na Súmula 7/STJ, pois esta Corte Superior não pode reexaminar as provas dos autos, seja para verificar se o bem indicado é **de fato** utilizado como moradia sua e de sua família.

Com idêntico raciocínio:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BEM DE FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL.

INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Na espécie, o Tribunal de origem examinou a prova dos autos para concluir que o agravante não comprovou tratar-se a propriedade outrora penhorada de único imóvel residencial, o qual seria utilizado como moradia. Alterar esse entendimento requer o reexame da prova, o que é vedado em recurso especial.

3. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1142179/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO EMBARGANTE.

1. No caso, concluiu o Tribunal de origem, a partir da valoração das provas acostadas aos autos, não ter sido comprovado que o imóvel constitui bem de família, pois o insurgente não reside no local e não logrou êxito em demonstrar que utiliza a renda do bem locado para sua subsistência ou o sustento de sua família. A alteração de tais conclusões é vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 desta Corte, pois demandaria o reexame do conjunto fático-probatório. Precedentes.

2. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice sumular impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 938.328/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 07/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO LEGAL. INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. INDICAÇÃO. NECESSIDADE.

1. Assertiva constante do acórdão recorrido, de que o executado é proprietário de outros imóveis e que não reside no imóvel penhorado, insuscetível de ser desconstituída nesta via recursal em razão do óbice da Súmula nº 7/STJ.

2. A jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que é imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido como violado, ou divergentemente interpretado, para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido ele interposto pela alínea "a" quer pela "c" do permissivo constitucional.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1334004/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 08/02/2017)

Sendo assim, inarredável a incidência da Súmula 7/STJ.

2. Do exposto, nego provimento ao agravo. Por fim, considerando o julgamento do agravo (art. 1.042, CPC/15), julgo prejudicado o pedido de efeito suspensivo pleiteado pelo agravante.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator